

**Memória de Reunião e Oficina
do Laboratório de Inovação da JFSP - iJusPLab**



Identificação da Reunião/Oficina

Data: 09/01/2019

Local: iJusPLab - Av. Paulista, 1682 - 2º subsolo

Pauta

Primeiro encontro do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) do CNJ, proposto pela Conselheira Dra. Maria Tereza Uille, em parceria com o Laboratório de Inovação da JFSP, onde foi realizada oficina de imersão, empatia e ideação com o seguinte desafio: Como identificar e relacionar os indicadores e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos processos judiciais e metas estratégicas da Justiça Federal? O principal motivo da oficina foi pensar, por meio de ferramentas do design thinking, formas de recuperar informações de ODS no Judiciário Federal e divulgar com maior transparência. Processo SEI n. 0000707-35.2019.4.03.8001

Participantes

Nome	Órgãos Representados / Cargo
Dinalva C. M. Costa	JFSP - Diretora NUAJ
Eurico Zecchin Maiolino	JFSP - Juiz Coordenador do JEF
Gisele M. Fessore	JFSP - Diretora NUES
Gisele Rose Pontes	JFSP - Supervisora NUAJ
Julio Cesar Tiraboschi Junior	TRF3 - Assessor de Comunicação ACOM
Kátia de Cassia Egídio	TRF3 - Diretora DEGE
Katia H. M. L. Roncada	JFSP - Presidente CLISP
Liliane Favini	JFSP - Supervisora NUID
Luciana Ortiz T. C. Zanoni	JFSP - Juíza Diretora do Foro
Luiz Guilherme Martins	JFSP - Diretor NUBI
Maira Zau Serpa Spina D'Eva	TRF3 - Assessora
Maria Tereza Uille Gomes	CNJ - Conselheira
Marisa Claudia Gonçalves Cúcio	JFSP - Juíza
Paulo Cezar Neves Júnior	JFSP - Juiz Coordenador do iJusPLab
Raquel Fernandez Perrini	JFSP - Juíza
Stephanie Uille Gomes de Godoy	TRF4 - Juíza
Therezinha Astolpho Cazerta	TRF3 - Desembargadora Presidente do Tribunal

Assuntos Tratados

I - Apresentações JFSP e CNJ

1. A reunião teve início com a exposição de Dra. Luciana sobre o tema dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sua relação com o Poder Judiciário e posterior explanação da Dra. Maria Tereza Uille Gomes, com apresentações incluídas no processo SEI n. 0000707-35.2019.4.03.8001, documentos ns. 4411011, 4411027, 4411032 e 4411038.
2. Em seguida foram formados dois grupos para a oficina de *Design Thinking* com o objetivo de imersão no problema e identificação do desafio.

II - Oficina de *Design Thinking*

GRUPO 1:

3. Canvas: Matriz de Definição do Problema

3.1. Qual a principal questão a ser tratada e por que é importante?

3.1.1. As metas e indicadores dos ODS (Agenda 2030) estão associadas as 8 metas do Judiciário? Se não, como incluir a agenda dos ODS nas metas para dialogar com a sociedade?

3.1.2. Como identificar um critério comum de classificação e solução dos processos que dizem respeito a um determinado ODS?

3.1.3. Falta de dados abertos para colaboração da sociedade;

3.1.4. É importante para que o Judiciário mostre as ações e resultados que produz em relação a um plano de ação global que tem como foco melhorar a qualidade de vida com metas e indicadores mensuráveis, avaliação de resultados e tempo determinado;

3.1.5. Como interpretar os números para identificar se o Judiciário está ou não contribuindo para atingir o objetivo?

3.1.6. Traduzir em números os enunciados, relacionando-os a certos objetivos: a) Número de processos; b) Tempo de tramitação; c) Número por desfecho

3.1.7. Quais as fontes e as bases de dados? (Há dados administrativos também importantes)

3.1.8. Como extrair e divulgar indicadores úteis para que o Judiciário ajude no atingimento das ODS;

3.1.9. Identificar os processos pelas ODS para permitir o correto agrupamento e análise

3.1.10. Em que medida a renda/resultado das demandas judiciais impacta a renda de determinada região?

3.1.11. Comparar os dados dos processos ao longo do tempo para saber qual a contribuição para erradicação da pobreza em relação à população pobre do Brasil;

3.1.12. Detalhamento do objeto da ação - saber não só o tempo, mas o bem da vida.

3.2. Para quem isso é um problema?

3.2.1. Próprio Poder Judiciário;

3.2.2. Relação entre Poder Executivo e Judiciário;

3.2.3. Sociedade;

3.2.4. Academia;

3.2.5. Operadores do direito;

3.2.6. Gestão de políticas públicas;

3.3. Qual o benefício que você está tentando proporcionar?

3.3.1. Eficiência na atuação do Judiciário;

3.3.2. Eficiência nas ações da sociedade para ODS;

3.3.3. 5 Ps do Desenvolvimento sustentável - Pessoas; Planeta; Prosperidade; Parcerias e Paz;

3.3.4. Melhorar o sistema judicial - Independente; Eficiente; Transparente; Qualidade; Interativo;

3.3.5. Melhorar a alocação de recursos;

3.3.6. Melhorar a troca de dados entre as instituições;

3.3.7. Coordenação social;

3.3.8. Maior transparência;

- 3.3.9. Melhoria da gestão pública;
- 3.3.10. Maior exercício da cidadania;
- 3.3.11. Conhecimento do Judiciário de forma mais ampla;
- 3.3.12. Aferir a qualidade da prestação jurisdicional;

3.4. O que está impedindo você de fazer isso?

- 3.4.1. Falta de consultas públicas;
- 3.4.2. Metas e indicadores ODS;
- 3.4.4. Falta de suporte e recursos tecnológicos adequados;
- 3.4.5. Indexação por Classes e Assuntos;
- 3.4.6. Monitoramento de resultados;
- 3.4.7. Falta adaptar os sistemas aos novos metadados;
- 3.4.8. Falta de meios de analisar dados não estruturados;
- 3.4.9. Dados não abertos para a sociedade;
- 3.4.10. Falta de dados organizados;
- 3.4.11. Dificuldade na recuperação de dados;
- 3.4.12. Resistência do Executivo em fornecer dados;
- 3.4.13. Falta institucionalizar os ODS e incluir nas metas do CNJ.

3.5. Quais fatores sociais/culturais influenciam este problema?

- 3.5.1. Burocracia;
- 3.5.2. Falta de comunicação;
- 3.5.3. Atualização tecnológica;
- 3.5.4. Recursos financeiros.

3.6. Você consegue pensar neste problema de uma outra maneira: Você pode redefini-lo?

- 3.6.1. Rever classes e assuntos dos processos judiciais;
- 3.6.2. Como extrapolar os conceitos de classe e assunto como forma de obter os dados do Judiciário;

4. Canvas: Persona

- 4.1. Natália, 35 anos, doutoranda, bolsista de Ciências Sociais, pesquisadora acadêmica, casada e com um filho.
- 4.2. Razões para eu aderir o serviço: facilidade de acesso aos dados; acesso aos dados primários; fonte exclusiva de dados;
- 4.3. Razões para eu não aderir o serviço: linguagem jurídica; falta de congruência entre os dados e as ODS; dificuldade de acesso; falta de informações consolidadas;
- 4.4. Meus interesses: Leitura; Estatística; Gosta de sustentabilidade; Análise qualitativa e quantitativa;
- 4.5. Personalidade: Simpática; Não entende de linguagem jurídica;
- 4.6. Minhas habilidades: Entende de tecnologia; Toca violão;
- 4.7. Meus sonhos: Concluir o doutorado com conteúdo e significado; que seu filho tenha melhor qualidade de vida;
- 4.8. Minha vida social: Gosta de ir em parques; praia; cinema e redes sociais.

5. Canvas: Jornada do Usuário

- 5.1. Publicidade/Relações públicas: Publicações CNJ; Justiça em números; Portal transparência; Site do STF; ir ao Fórum/CNJ; Bibliotecas; Sites da JF; Pesquisa de Jurisprudência; Google.
- 5.2. Mídias sociais: Facebook; Justiça em números;
- 5.3. Passa-palavra (o que dizem os amigos?): Tente a ouvidoria; Nem procure porque não tem nada;
- 5.4. Experiências anteriores: dificuldade em acessar os dados;
- 5.5. Expectativas: Como achar o processo? Encontrar informações no Portal da transparência.
- 5.6. Percurso pelo serviço (pontos de interação e nota da qualidade da experiência):
 - 5.6.1. Ferramenta de Busca (google) - Nota 3
 - 5.6.2. Sites de tribunais - Nota 1
 - 5.6.3. Publicações de jurisprudência - Nota 1
 - 5.6.4. Contato com o órgão por fone (Tribunal) - Nota 1
 - 5.6.5. Site do Ministério do Planejamento - Nota 3
 - 5.6.6. Diários oficiais - Nota 1
 - 5.6.7. Corregedorias - Nota 3
 - 5.6.8. Congresso Nacional - Nota 4
 - 5.6.9. Conselho do Ministério Público - Nota 1
 - 5.6.10. Repositórios on line de jurisprudência - Nota 4
 - 5.6.11. Legaltech (pago) - Nota 3
 - 5.6.12. B.I. (Business intelligence, pago) - Nota 3

6. Canvas: Mapa Mental de Soluções

- 6.1. Desafio central: Como integrar as ações do Judiciário aos ODS?
 - 6.1.1. Indicadores de transparência: colocar as informações num portal de transparência do Judiciário; Programa de segurança alimentar - quais ações de segurança alimentar; Número de ações por ano (LOAS, RURAL, Seguro desemprego, Auxílio reclusão, Bolsa família); Ações discutindo uso de agrotóxicos.
 - 6.1.2. Planejamento: Quanto tempo o Judiciário demora para julgar?; Diálogo; Cronograma.
 - 6.1.3. Necessidades informacionais: Acesso ao CadÚnico pelos tribunais; quais são os programas do Governo Federal de redução da pobreza?; Acesso aos sistemas do INSS: SIBE - Sistema integrado de benefícios; SABI - Sistema administrativo de benefícios por incapacidade; SAT - Sistema de atendimento (módulo central).
 - 6.1.4. Participação externa: Trazer estudantes e pesquisadores para os laboratórios; Coletar informações do IPEA.
 - 6.1.5. Demandas de T.I.: Identificar todas as pessoas pelo CPF - tornar o campo obrigatório no preenchimento do PJ-e; Incluir os ícones (gravuras) dos ODS no PJ-e para que os advogados indiquem onde a ação se encaixa; CNJ - fazer implantações no PJ-e para inserção e extração de dados; Critérios do IBGE - faixa renda pessoal e família; Aplicativo para mostrar imagem georreferenciada; Criar um campo no PJ-e para a pessoa se identificar como “pobre” escolhendo também a figura relativa ao ODS n. 1.

GRUPO 2:

7. Canvas: Matriz de Definição do Problema

7.1. Qual a principal questão a ser tratada e por que é importante?

- 7.1.1. Gestão judicial dos ODS;
- 7.1.2. Identificar a participação do Judiciário em cada ODS;
- 7.1.3. Selecionar o que deve ser medido;
- 7.1.4. Facilitar o acesso aos dados;
- 7.1.5. Transparência;
- 7.1.6. Medir ODS no Judiciário.

7.2. Para quem isso é um problema?

- 7.2.1. Sociedade em geral;
- 7.2.2. Servidores públicos do Judiciário.

7.3. Qual o benefício que você está tentando proporcionar?

- 7.3.1. Efetividade na prestação jurisdicional;
- 7.3.2. Melhoria na imagem do Judiciário;
- 7.3.3. Cumprimento da missão institucional.

7.4. O que está impedindo você de fazer isso?

- 7.4.1. Políticas macros da alta administração;

7.5. Quais fatores sociais/culturais influenciam este problema?

- 7.5.1. Não visualizar o impacto da meta para a sociedade;
- 7.5.2. Comunicação interna;
- 7.5.3. Desconhecimento da meta;
- 7.5.4. Falta de conscientização;
- 7.5.5. Ideia da meta distante da política.

8. Canvas: Persona

- 8.1. Kátia, 41 anos, servidora da Estatística do Tribunal, 19 anos de justiça, 18,5 anos no NUAJ, 3 meses no Tribunal.
- 8.2. Razões para eu aderir o serviço: aproximar o Judiciário da sociedade; eficiência no trabalho; participar para ser ouvido, construindo políticas realistas; A estatística participar da definição das metas.
- 8.3. Razões para eu não aderir o serviço: mais uma meta sem compreensão da política; não ter critérios estabelecidos (padronização); Ausência de ferramentas informatizadas;
- 8.4. Meus interesses: Fornecer dados confiáveis e de forma rápida;
- 8.5. Personalidade: Calma; feliz;
- 8.6. Minhas habilidades: Visão sistêmica (macro); Gestão de dados; Conhecimento do dia-a-dia das varas;
- 8.7. Meus sonhos: Clicar no botão e ter os dados; Automatização; Compreender as ODS; Entender a importância das metas.

8.8. Minha vida social: Abalada com as noites comprometida com a estatística, mas continua ativa.

9. Canvas: Jornada do Usuário

9.1. Publicidade/Relações públicas: Envio de glossário pelo CNJ com pouca participação dos usuários; Pouco prazo para definição; falta cronograma.

9.2. Mídias sociais: Meta fixada no Encontro; Dados estáveis (Justiça em Números);

9.3. Passa-palavra (o que dizem os amigos?): Crítica; Demora dos dados; Para que serve?;

9.4. Experiências anteriores: Não temos;

9.5. Percurso pelo serviço (pontos de interação/fluxo da mudança):

9.5.1. Definição de nova meta na rede de governança;

9.5.2. Aguardar o glossário com os critérios a serem observados pela CNS;

9.5.3. Estudar como extrair os dados dos sistemas;

9.5.4. Estabelecer os critérios para a informática;

9.5.5. Informática desenvolve os aplicativos para extrair os dados;

9.5.6. Estatística valida os aplicativos desenvolvidos pela informática;

9.5.7. Libera para os usuários internos;

9.5.8. Mensalmente encaminha para o CNJ o resultado.

10. Canvas: Mapa Mental de Soluções

10.1. Meta 9 - Fomentar a atuação do Poder Judiciário para dar efetividade aos ODS;

10.1.1. Proposta central: Agenda 2030 no Judiciário

10.1.2. Programa “Nossos dados para os ODS”: Conscientização e compreensão dos ODS, a importância da adesão do Poder Judiciário na Agenda 2030: Definir movimentos processuais; Aperfeiçoar/refinar tabela de assuntos; Uso de inteligência artificial. Propaganda: vídeos curtos (obrigatórios quando fizer login); divulgação nos elevadores; chamamento para encaminhamento de propostas e sugestões, projetos e programas para alcançar os ODS;

10.1.3. Encontro “ODS no Poder Judiciário”: Objetivo: sentir-se parte e estimular a colaboração. Participantes: visão multidisciplinar (juízes, servidores, área jurisdicionais, administrativo, informática, autores de propostas e sugestões, estatística e gestão). a) Fixação de indicadores por cada segmento com uso de metodologia de inovação (cocriação); b) Apresentações selecionadas a partir do chamamento; c) Pesquisa empírica; d) Informática; e) Boas práticas; f) Painéis de experiência.

10.1.3.1. Registro histórico de todas as etapas; Premiação; Feira; Pitch; Fórum de boas práticas; Trabalho de divulgação e conscientização.

Observações: “Não temos que fazer a meta se encaixar nos ODS, mas encaixar os ODS na meta. Ressignificação. Envolvimento pela inversão.

II - Encerramento

11. Dra. Luciana agradeceu a participação de todos na Oficina e mostrou uma apresentação sobre o projeto “Acesso à Justiça às Pessoas em Situação de Rua”. Após a apresentação a Dra. Maria Tereza se disse satisfeita com a experiência e se dispôs a abrir um canal permanente de comunicação entre o CNJ e o iJusLab.

Autenticação

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	DATA	ASSINATURA
Luiz Guilherme Martins	14/01/2019	(Digital no processo SEI)